

RADAR SOCIOAMBIENTAL

Nº03 Junho 2016



Agenda 2030 na UNEA-2

Desafios pela frente



Acordo de Paris

Chamado à ratificação



Comércio Ilegal de Animais Silvestres

Esforço global pela prevenção e erradicação



Relatórios do PNUMA no UNEA-2

Informe sobre três dos relatórios divulgados



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Entre os dias 23 e 27 de maio de 2016 aconteceu em Nairóbi, no Quênia, a segunda sessão da Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA-2, sigla em inglês) sob a organização do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O encontro, que reuniu 120 ministros do meio ambiente e contou com a participação de 174 países, teve como principal objetivo fomentar o debate sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris. O encontro resultou em [25 resoluções](#) sobre os mais variados temas.

Durante o evento, representantes dos países BRICS participaram de uma reunião informal, com o intuito de discutir meios de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹. Na ocasião, foram apresentados, ainda, relatórios do PNUMA sobre temas como saúde e meio ambiente, a nova estratégia de desenvolvimento sustentável chinesa e sobre os impactos das mudanças climáticas nos preços dos alimentos.

Agenda 2030 na UNEA-2 Desafios pela frente

A Agenda 2030 figurou como tema central da Assembleia, que buscou contribuir com o *High-level Political Forum (HLPF)* das Nações Unidas, uma plataforma que apoia no seguimento e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A [resolução 5](#) aprovada na Assembleia versa sobre a Agenda 2030 e reafirma o comprometimento do PNUMA com sua implementação integral, por meio do estabelecimento de uma agenda global ambiental, do oferecimento de orientações políticas e da definição de *policy responses* direcionados aos desafios ambientais emergentes. A agência também é responsável pela transmissão de informações para o HLPF visando apoiar o *follow up* e a revisão da Agenda 2030.

¹ UNEP-TONGJI INSTITUTE OF ENVIRONMENT FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. *Minister Chen Jining Met with UNEA 2 Tongji Delegation* (30/06/2016). <http://goo.gl/xezosy>

A resolução encoraja, ainda, o PNUMA e sua Direção Executiva a fomentar parcerias com órgãos relevantes da ONU e, se apropriado, engajar-se com mecanismos de coordenação regionais, promover integração da dimensão ambiental nos quadros de assistência ao desenvolvimento e fortalecer o *capacity building* institucional e humano nos âmbitos nacional, regional e internacional. Em relação às parcerias multissetoriais, a resolução estimula a criação de novas parcerias e o fortalecimento das iniciativas já existentes com o setor privado, com a sociedade civil e com outros atores relevantes. A resolução também estimula consultas às instituições financeiras internacionais, ressaltando a interseção entre financiamento e meio ambiente para a implementação da Agenda 2030.

Acordo de Paris Chamado à ratificação

O Acordo de Paris figurou como outro tema amplamente debatido durante a Assembleia e presente em meio às resoluções finais. Adotado durante a 21ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em dezembro de 2015, o acordo foi assinado por 178 países e até final de junho de 2016 tinha sido ratificado por apenas 19 partes².

Na [resolução 6](#), a UNEA-2 incita todos os Estados-membros a assinar e ratificar o Acordo de Paris e solicita o apoio do Diretor Executivo PNUMA, em colaboração com outras organizações e *stakeholders*, a trabalhar junto às partes, em especial os países em desenvolvimento, no fortalecimento das capacidades nacionais, por meio do acesso à tecnologia e ao financiamento. A resolução também aponta a necessidade do PNUMA dar suporte ao Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas e contribuir nas avaliações globais relacionadas às mudanças climáticas.

² Até o momento 19 partes ratificaram formalmente o Acordo de Paris, são elas: Barbados, Belize, Fiji, Granada, Guiana, Ilhas Maldivas, Ilhas Marshall, Maurício, Nauru, Noruega, Palau, São Cristovão e Neves, Santa Lucia, São Vicente e Granadinas, Samoa, Somália, Tuvalu e Estado da Palestina. A França ratificou no dia 15 de junho e conclamou os outros países da União Europeia a fazer o mesmo, para poderem depositar a ratificação na Convenção do Clima.

Comércio Ilegal de Animais Silvestres

Esforço global pela prevenção e erradicação

O combate ao comércio ilegal de animais silvestres também recebeu destaque durante os debates. Tema da recém-lançada campanha das Nações Unidas **Wild for Life** que busca gerar conscientização e mobilização para dar fim ao comércio ilegal de animais, o assunto já havia sido explorado durante a primeira Assembleia da UNEA, em 2014, quando o PNUMA lançou o Relatório intitulado *The Environmental Crime Crisis: Threats to Sustainable Development from illegal Exploitation and Trade in Wildlife and Forest Resources* ³.

Ainda relacionado a este tema, a 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Comércio Ilegal de Espécies em Extinção, denominada CITES, está prevista para ocorrer em setembro deste ano, na África do Sul. O Estado sul-africano vem sendo seriamente afetado pelo comércio ilegal de animais silvestres e tem demonstrado profunda preocupação em relação ao tema. Em discurso proferido durante a UNEA-2, a Ministra de Meio Ambiente da África do Sul, Edna Molewa, ressaltou que os países somente irão solucionar tal problemática por meio da colaboração, do fortalecimento das capacidades de *enforcement* e da elaboração de leis e sistemas de punição mais rígidos. Por fim, a ministra destacou a conexão entre a temática e os ODS, ao afirmar que a África do Sul irá assegurar que a CITES esteja em conformidade com o 12º e o 15º objetivo de desenvolvimento sustentável, que se referem a assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis e proteger, recuperar e promover o uso sustentável das florestas, respectivamente.

O comércio ilegal de animais silvestres foi tema da [resolução 14](#) da UNEA-2, em que se reconheceu a importância de sua conservação e do desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis e alternativos nas comunidades afetadas, de forma a garantir a implantação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

³ De acordo com o relatório, o comércio ilegal de animais silvestres e os crimes ambientais, atividades que envolvem uma ampla variedade de flora e de fauna, movimenta de 70 a 213 bilhões de dólares anualmente.

Esta resolução foi consubstanciada a partir de compromissos já firmados na UNEA-1 e na resolução 69/134 da Assembleia Geral da ONU e visa promover a cooperação em nível bilateral, regional e internacional com vistas a combater, prevenir e erradicar o comércio, tráfico e produtos de animais silvestres. O documento ressalta, ainda, a necessidade de se envidar esforços para desenvolver estratégias de implementação e planos de ação, para promover o fortalecimento do sistema de governança e garantir o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, que se constituem como crimes relacionados a esta prática ilegal.

Relatórios do PNUMA no UNEA-2

Informe sobre três dos relatórios divulgados

Entre os relatórios lançados durante o evento, destaca-se o **ERISC PHASE II: How food prices link environmental constraints to sovereign credit risk**, que é parte do projeto *Environmental Risk Integration in Sovereign Credit* (ERISC) elaborado pela *UNEP Finance Initiative* e o *Global Footprint Network*.

Tal [publicação](#) busca analisar os impactos macroeconômicos dos riscos ambientais na produção alimentar e nos preços dos alimentos, mostrando-se extremamente relevante no que diz respeito aos países do BRICS. O relatório destacou que, caso os preços globais de alimentos dupliquem, China e Índia serão os países mais prejudicados, com prejuízos de 161 bilhões de dólares e 49 bilhões de dólares, respectivamente, no Produto Interno Bruto (PIB) dessas economias. Entre os países que se beneficiariam da elevação dos preços das *commodities* alimentares estariam o Brasil, o Paraguai, o Uruguai, a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos, tendo em vista o efeito positivo da elevação dos custos dos alimentos em seus saldos da balança de pagamentos.

O PNUMA vem coletando e analisando informações acerca de diferentes modelos e de ferramentas qualificadas como de desenvolvimento sustentável, como o Índice de Felicidade Interna Bruta do Butão, a economia circular da

Alemanha e da União Europeia (UE) e a Economia Verde da África do Sul. O novo relatório lançado pelo Programa durante o UNEA-2 foi intitulado ***Green is Gold: The Strategy and Actions of China's Ecological Civilization***. O [relatório](#) aborda o modelo "5 em 1" da China, que integra aos pilares econômico, social, ecológico, às dimensões política e cultural. O relatório analisa o décimo terceiro plano quinquenal do governo chinês e destaca a perspectiva chinesa de redução de 23% do consumo da água, de 15% do consumo de energia e de 18% da emissão de CO2 por unidade do PIB até 2020. O estudo aponta que caso o país cumpra as metas estabelecidas do seu plano de "eco civilização", o governo espera que quase um quarto do território chinês esteja com cobertura florestal até 2020. Outros relatórios⁴ indicam que esta cobertura seria proveniente da plantação de eucalipto e pinus, entre outras espécies, e não de floresta nativa.

O ***Healthy Environment, Healthy People*** constitui-se como outro [relatório](#) do PNUMA lançado na ocasião e aborda a relação entre saúde ambiental e saúde pública, sob a perspectiva da Agenda 2030. Tal tema foi frequentemente abordado durante a Assembleia, quando se ressaltou a importância de iniciativas que envolvam o setor público, as organizações não governamentais e também o setor privado. Durante o *Ministerial Policy-Review Session*, os ministros presentes buscaram identificar parcerias e políticas concretas direcionadas a setores críticos como qualidade do ar, produtos químicos e gerenciamento de resíduos, de modo a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Apesar da relevância do tema e do rascunho do relatório ter sido aprovado durante a Reunião de Alto Nível, as partes não conseguiram alcançar um consenso quanto ao documento final. No entanto, outras resoluções sobre saúde humana e gerenciamento de produtos químicos e de resíduos foram aprovadas. Entre essas destaca-se a [resolução nº 7](#) sobre o impacto do despejo de baterias de chumbo-ácido, principalmente em países em desenvolvimento,

⁴ QUARTZ. *China is building a Great Wall of Trees to fight climate change and the encroaching Gobi Desert*. (30/06/2016). <http://goo.gl/w3gjln>
YALE ENVIRONMENT 360. *China's Reforestation Programs: Big Success or Just an Illusion?* (30/06/2016). <http://goo.gl/Ru7CE>

através das atividades do setor informal. De acordo com o relatório *Healthy Environment, Healthy People*, estima-se que 23% das mortes no mundo sejam resultantes de efeitos nocivos do meio ambiente na saúde humana e que o chumbo tenha vitimado 654 mil pessoas, apenas em 2010.

A resolução dedicada a esta temática convida, assim, todos os *stakeholders* a se engajarem no gerenciamento de lixo junto ao PNUMA, com vistas a garantir a criação de políticas e procedimentos que promovam a prevenção, a reciclagem e a recuperação do meio ambiente, visando co-benefícios para o clima, os oceanos e a saúde.

Fontes

DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS. Republic of South Africa. *Minister Edna Molewa's opening statement during the High-Level Segment of the Second Session of the United Nations Environment Assembly of UNEP*. (20/06/2016). <https://goo.gl/Zz8CST>

IISD REPORTING SERVICES. *UNEA-2 discusses implementation of 2030 Agenda, Paris Agreement*. (20/06/2016). <http://goo.gl/3NrUCA>

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Assembleia Ambiental da ONU aprova resoluções para impulsionar desenvolvimento sustentável e Acordo do Clima*. (03/07/2016). <https://goo.gl/UQq5bu>

UNEP NEWS CENTER. *China and India's GDP Will Be Hit Hardest by Global Food Price Shock*. (10/07/2016). <http://goo.gl/uEzXju>

UNEP. *List of Resolutions adopted at UNEA-2*. (10/06/2016) <http://goo.gl/Jbwzkn>

UNEP. *Erisc Phase II: How food prices link environment constraints to sovereign credit risk, 2016* (20/06/2016). <http://goo.gl/u4U5gk>

UNEP. *Green is Gold: The Strategy and Actions of China's Ecological Civilization, 2016* (25/06/2016) <http://goo.gl/6mlJgS>

UNEP. *Healthy People, Healthy Environment, 2016*. (10/06/2016). <http://goo.gl/6mlJgS>

UNEP. *The Environmental Crime Crisis – Threats to Sustainable Development from Illegal Exploitation and Trade in Wildlife and Forest Resources, 2014*. (20/06/2016). <http://goo.gl/jx7842>

Radar Socioambiental

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal com foco em notícias ambientais relacionadas aos cinco países do bloco BRICS. A cada mês um tema é escolhido e notícias sobre o assunto serão publicadas.

Website: <http://bricspolicycenter.org/plataformasocioambiental>

E-mail: plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org

Elaboração

Beatriz Mattos e Júlia Rosa

Equipe Plataforma Socioambiental

Coordenação

Paulo Esteves

Pesquisadora

Maureen Santos

Pesquisadora Assistente

Beatriz Mattos

Consultoria GIP

Alice Amorim

Iniciação Científica

Júlia Rosa

Realização



Instituto
de Relações
Internacionais

Parceria



Apoio



Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org